Anúncio n.º 4905-RA/2007

A juíza de direito, Dr.ª Paula Isabel Ribeiro dos Santos, do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 749/02.3TALRS, pendente neste Tribunal o arguido Mamadu Ducure, filho de João Ensa Ducure e de Joana Alarba Embaló, nascido em 11 de Dezembro de 1974, solteiro, portador do bilhete de identidade n.º 12232079, com domicílio na Azinhaga da Torrinha, vivenda Antunes, 1.º, esquerdo, Ameixoeira, Lisboa, se encontra acusado de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelos n.ºs 1 e 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, por despacho proferido em 16 de Maio de 2007, foi o arguido declarado contumaz, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

25 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel Ribeiro dos Santos*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Maria Branco C. Corda*.

Anúncio n.º 4905-RB/2007

A juíza de direito, Dr.ª Paula Isabel Ribeiro dos Santos, do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 2249/06.3TALRS, pendente neste Tribunal o arguido Sergiy Stakhevych, filho de Aleksandr Stakhevych e de Aleksandra Stakhevych, natural da Ucrânia, nascido em 19 de Abril de 1983, solteiro, portador do titular do passaporte n.º Ax427256, com último domicílio na Rua Rainha D. Amélia, vivenda Romãs, 2.º, esquerdo, Serra da Luz, Pontinha, se encontra acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, por despacho proferido em 23 de Maio de 2007, foi o arguido declarado contumaz, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a passagem imediata de mandados de detenção para o arguido, para os efeitos do artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal e a proibição deste obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, certidões de nascimento e casamento, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, registo criminal, certidões em conservatórias do registo predial, comercial ou automóvel, e, ainda, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar após esta declaração.

28 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel Ribeiro dos Santos*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Maria Branco C. Corda*.

Anúncio n.º 4905-RC/2007

O juiz de direito, Dr. Sousa Santos, do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo abreviado, n.º 2168/03.5PFLRS, pendente neste Tribunal contra o arguido João Manuel Mamede Ussene, filho de Mamede Ussene Nassar e de Khairmissa, natural de Moçambique, de nacionalidade portuguesa, nascido em 14 de Julho de 1953, solteiro, titular da identificação fiscal n.º 188297618 e da cédula pessoal n.º 797397 (série), com domicílio na Rua das Amoreiras, 83, 2.º, direito, Lisboa, 1250-022 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 7 de Outubro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 1 de Junho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto

em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

22 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Sousa Santos*. — O Escrivão-Adjunto, *José António L. Januário*.

Anúncio n.º 4905-RD/2007

O juiz de direito, Dr. Sousa Santos, do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo abreviado, n.º 498/05.0PTLRS, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Marques de Azevedo, filho de José Marques de Azevedo e de Laudinha Barbosa de Azevedo, natural de Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 6 de Setembro de 1977, casado, com profissão desconhecida ou sem profissão, com domicílio na Rua das Colmeias, 116, Fogueteiro, 2840 Amora, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 7 de Agosto de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 18 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

8 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Sousa Santos*. — O Escrivão-Adjunto, *José António L. Januário*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES**Anúncio n.º 4905-RE/2007**

A juíza de direito, Dr.ª Raquel Prata, do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo abreviado, n.º 249/04.7PTLRS, pendente neste Tribunal contra o arguido Adão Oliveira Sanca, filho de Augusto de Oliveira Sanca e de Cecília da Silva, natural de Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 5 de Outubro de 1971, solteiro, com profissão de servente da construção civil, titular da autorização de residência n.º 0374712, com domicílio na Rua Catarina Eufémia, vivenda 2, 1.º, esquerdo, Casal da Mira, 2700 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 16 de Julho de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 5 de Fevereiro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

26 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel Prata*. — O Escrivão-Adjunto, *Vitor Ferreira*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES**Anúncio n.º 4905-RF/2007**

A juíza de direito, Dr.ª Sílvia Maria Santos Alves Marques, do 3.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 670/02.5GFLRS, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria do Céu Farinha Coelho, filha de Mário João Coelho e de Maria Juventina Farinha, natural de